

A LUTA PELA “EMANCIPAÇÃO FEMININA” EM CUBA: ENSINAMENTOS DE REYITA SOBRE A REVOLUÇÃO, UMA MULHER NEGRA NONAGENÁRIA

LA LUCHA POR LA “EMANCIPACIÓN FEMENINA” EN CUBA: LECCIONES SOBRE LA REVOLUCIÓN DE REYITA, UNA MUJER NEGRA NONAGENARIA

THE STRUGGLE FOR “FEMALE EMANCIPATION” IN CUBA: LESSONS ON THE REVOLUTION OF REYITA, A NONAGENARIAN BLACK WOMAN

SANTOS, GISELLE DOS ANJOS

Graduação em História, doutoranda pela USP, especialista em diversidade de raça e gênero, palestrante e facilitadora. Atua no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

E-mail: santos.gisellea@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a busca pela “emancipação feminina” no contexto da revolução cubana, considerando a intersecção dos sistemas de opressão de gênero, classe e raça. Visamos trazer à tona as vozes e os saberes das mulheres negras, assim, partimos de dois grupos de fontes analíticas: documentos oficiais do governo e da *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC); bem como evidências orais, por meio da história de vida de María de los Reyes Castillo Bueno, mais conhecida como Reyita.

PALAVRAS-CHAVE: Cuba; Revolução; Emancipação Feminina; Reyita; Mulheres Negras.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la experiencia de la revolución cubana y la búsqueda de la “emancipación femenina”, considerando la intersección de los sistemas de opresión de género, clase y raza. Pretendemos sacar a la luz las voces y saberes de las mujeres negras, para ello, partimos de dos grupos de fuentes de análisis: documentos oficiales del gobierno y de la *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC); así como evidencias orales, a través de la historia de vida de María de los Reyes Castillo Bueno, más conocida como Reyita.

PALABRAS CLAVES: Cuba; Revolución; Emancipación Femenina; Reyita; Mujeres Negras.

ABSTRACT

This article aims to discuss the search for “female emancipation” in the context of the Cuban revolution, considering the intersection of gender, class and racial oppression systems. We aim to bring out the voices and knowledge of black women, so we start from two groups of analytical sources: official government documents and the *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC); as well as oral evidence, through the life story of María de los Reyes Castillo Bueno, better known as Reyita

KEYWORDS: Cuba; Revolution; Female Emancipation; Reyita; Black Women.

INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objetivo discutir a experiência da revolução cubana e a busca pela “emancipação feminina”, a partir de uma perspectiva interseccionalⁱ, considerando as categorias analíticas de gêneroⁱⁱ, classeⁱⁱⁱ e raça^{iv}. Para tanto utilizaremos dois grupos de fontes históricas: oficiais (documentos da *Federación de Mujeres Cubanas* – FMC, discursos de Fidel Castro e legislações) e evidências orais (história oral de vida de María de los Reyes Castillo Bueno, obra publicada em 1997).

A revolução cubana ocorreu em janeiro de 1959, porém apenas em abril de 1961 foi definido o caráter socialista deste processo, pelo governo revolucionário^v. Dentro da tradição marxista foram desenvolvidas inúmeras reflexões sobre a “emancipação feminina”, inclusive entre os teóricos clássicos.

Por exemplo, Engels (1820-1895) defendeu na obra *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”* (1884), que a primeira forma de antagonismo de classe das sociedades humanas foi a sexual, e a partir dela é que se iniciaram todas as outras. No sentido de ter passado a vigorar a lógica do privilégio e lucro para alguns, em detrimento da miséria e do sofrimento da imensa maioria do povo (ENGELS, S/D, p. 86).

Lenin (1870-1924), importante líder soviético, também refletiu sobre a “emancipação feminina”. Ele afirmou: *“Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável.”* (LENIN, 1981, p. 101).

Ou seja, Lenin não apenas defendeu a participação das mulheres na revolução, como apontou a incorporação deste grupo como condição para o alcance do socialista. Ele, inclusive, diferenciou o sentido de uma igualdade em termos discursivos e a efetivação da “emancipação feminina”^{vi}.

Assim, durante os primeiros anos da revolução russa foram desenvolvidas medidas com essa finalidade^{vii}. As mulheres russas conquistaram uma ampla gama de respaldos legais, antes das mulheres dos países capitalistas, ações que perduraram até o governo de Stalin^{viii}. Inclusive, as políticas para mulheres desenvolvidas na União Soviética inspiraram as medidas realizadas em Cuba a partir dos anos 1960, como discutiremos adiante.

Porém, os avanços conquistados pelas mulheres russas duraram pouquíssimo tempo, ilustrando o tamanho do desafio para o alcance da “emancipação feminina”. Como aponta o historiador Perry Anderson,

como padrão de desigualdade a dominação sexual é muito mais antiga historicamente, e muito mais profundamente arraigada na cultura, do que a exploração capitalista. Detonar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre classes. (ANDERSON, 1985, p. 105).

A problematização de Perry Anderson demonstra-se importantíssima, pois a opressão de gênero possui um caráter histórico e estrutural. Porém, quando observamos as particularidades das sociedades latino-americanas e caribenhas, apreendemos que para além dos aspectos de gênero, a dimensão racial também possui um caráter central na constituição das relações de poder. Desta forma, o etnólogo e historiador Carlos Moore (2007) chamou a atenção para o sentido histórico e profundamente enraizado do racismo nas sociedades humanas^{ix}.

Por isso, compreendemos que não é possível discutir a “emancipação feminina” em Cuba, uma sociedade que foi estruturada a partir das hierarquias raciais impostas pelo escravismo, ignorando o papel da intersecção dos marcadores de gênero, classe e raça, que instituiu hierarquias, inclusive, entre os diferentes subgrupos de mulheres (SANTOS, 2016).

Desta forma, nos propomos a analisar a luta pela “emancipação feminina” no contexto revolucionário cubano, por meio de fontes oficiais (como as resoluções dos congressos da FMC, discursos de Fidel Castro e as legislações promulgadas em defesa das mulheres), mas também trazendo à tona a voz das mulheres negras. Neste sentido, recorreremos ao trabalho de história oral que apresentou a vida de María de los Reyes Castillo Bueno, mais conhecida como Reyita, que aos noventa e quatro anos concedeu entrevistas para a historiadora Daisy Rubiera Castillo, sua filha.



Não traçaremos hierarquia de valor entre as fontes, como se as fontes oficiais pudessem demonstrar maior confiabilidade e vice-versa. As palavras de Reyita são interpretadas aqui enquanto uma produção de caráter intelectual. Afinal, corroboramos com a posição da socióloga Patricia Hill Collins (2019, p. 51), que defende que *“as intelectuais negras não necessariamente são acadêmicas nem encontradas apenas na classe média negra”*.

AS MULHERES E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A EXPERIÊNCIA CUBANA

Os primeiros anos da revolução cubana foram momentos de grande efervescência política e participação popular, onde a população foi convocada a atuar nas *“tareas de la revolución”*, através da participação nas organizações de massas^x e no desenvolvimento do trabalho voluntário^{xi}. A respeito deste último, algumas das mobilizações mais importantes foram às campanhas de alfabetização^{xii} em 1961 e da *“safra dos dez milhões”* de cana-de-açúcar^{xiii} em 1970.

No tocante das relações de gênero, o Estado socialista reconheceu a existência de desigualdades sociais entre mulheres e homens. A *“emancipação feminina”* foi definida como uma das prioridades no discurso político do governo (CASTRO, 1979; 2006; MINISTERIO DE JUSTICIA, 1977).

As mulheres foram diretamente convocadas para integrar a luta pela construção da nova sociedade. Fidel Castro, grande líder deste processo, direcionou inúmeros discursos para este grupo (CASTRO, 1979; 2006). Inclusive, ele destacou em seus discursos a compreensão dos teóricos clássicos do marxismo sobre a temática^{xiv}. Partindo de tais reflexões, Fidel afirmou no II Congresso da FMC em 1974 que *“a mulher tem que enfrentar numerosas tarefas no seio do processo revolucionário”* (CASTRO, 1979, p. 51).

Porém antes mesmo da revolução, apesar das condições sociais adversas impostas pela opressão de gênero, as mulheres cubanas desenvolviam um papel social ativo^{xv}. Até 1959 havia cerca de 920 associações e coletivos de mulheres em todo o país, dentre eles estava a *Unidad Feminina Revolucionaria, Hermandad de Madres, Grupo de Mujeres Humanistas, Brigadas Femeninas Revolucionarias, Columna Agraria, e as Secciones Femeninas del 26 de Julio*. Todavia, alegando defender a unidade política, o governo revolucionário instituiu a criação das organizações de massas, para aglutinar e direcionar a atuação popular.

Assim, foi criada a *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC) em 23 de agosto 1960, com a finalidade de incluir as mulheres à nova sociedade, por meio do seu aperfeiçoamento social e cultural (ESPÍN, 1990). A partir da criação da FMC todas as organizações de mulheres existentes até então foram extintas. A federação esteve sob a direção de Vilma Espín Guillois, sua presidenta, desde a fundação em 1960 até o ano de 2007, quando a mesma faleceu aos 77 anos^{xvi}. Ademais, a mesma era componente da família Castro^{xvii}.

Com o apoio da FMC, as mulheres foram convocadas a integrar a nova sociedade em construção, cumprindo as funções sociais que lhes foram arrojadas pelo governo revolucionário, como: trabalhadoras, mães e formadoras das novas gerações (ESPÍN, 1990, p. 86).

A estratégia assumida pelo Estado para a inclusão social das mulheres foi por meio da obtenção da igualdade legal, tal como com a sua incorporação no trabalho formal e remunerado, visto como *“la vía más segura en el avance de la mujer cubana por los caminos de su propia liberación”* (CASTRO, 2006, p. 152).

Neste sentido, foi estabelecida a meta de incorporar 100 mil mulheres a cada ano na força de trabalho do país, para que as mesmas pudessem cumprir o *“deber patriótico de elevar la producción”* (ESPÍN, 1990, p. 33) agrícola e industrial. Fidel Castro defendeu tal incorporação, a partir da seguinte justificativa:

Primeiro, é uma questão de justiça elementar; e, segundo, é uma necessidade imperiosa da Revolução, é uma exigência do nosso desenvolvimento econômico, visto que, num determinado momento a força de trabalho masculina não é suficiente. (CASTRO, 1979, p. 65).

Ou seja, se o projeto para a *“emancipação feminina”* focou na estratégia de inclusão deste grupo ao trabalho remunerado, além do vínculo com a perspectiva marxista sobre o trabalho^{xviii}, também teve uma motivação focada na subsistência da ilha. Até porque, considerando o histórico socioeconômico anterior à 1959 (baseado na monocultura da cana-de-açúcar), a partir da revolução foi ressaltada a urgência do desenvolvimento econômico^{xix}.



Neste sentido, foi elaborada a plataforma de políticas para as mulheres, a partir da inspiração em políticas soviéticas, que visaram diminuir as atividades domésticas para facilitar a inclusão feminina no trabalho formal e remunerado. Assim foram criados: os Círculos Infantis (creches para crianças a partir dos quarenta dias de vida); semi-internatos infantis; casas geriátricas; restaurantes coletivos nas fábricas e lavanderias públicas (ESPÍN, 1990). O Estado assumiu algumas das atividades de âmbito doméstico, historicamente atribuídas às mulheres, contudo, esta plataforma nunca conseguiu atender toda a demanda de serviços existentes^{xx}.

Além disto, a fim de combater o estigma de servir como “*bordel norte-americano*”^{xxi}, o Estado e a FMC buscaram acabar com o histórico fenômeno da prostituição^{xxii} em Cuba. Também ocorreram avanços no âmbito da saúde, com o desenvolvimento de programas de atenção integral a saúde da mulher e da criança, medidas para a liberação e gratuidade de métodos contraceptivos e a legalização do aborto.

Bem como foram desenvolvidos mecanismos no âmbito jurídico para combater os aspectos “objetivos e subjetivos do machismo”. Ademais de artigos específicos na Constituição da República de Cuba (1976), foi entregue à FMC o Código de Família em 1975. Este documento, que teve inspiração na legislação referente às mulheres em vigor na URSS, passou a definir as normas jurídicas com relação à família cubana, o papel de mulheres e homens no lar, ratificando os preceitos de igualdade defendidos na nova sociedade^{xxiii} (MINISTERIO DE JUSTICIA, 1977).

Portanto, fica evidente que foram empreendidas inúmeras ações direcionadas para as mulheres. Já no tocante das relações de raciais, os líderes revolucionários tiveram uma postura aparentemente diferente.

O censo realizado em Cuba antes da revolução, no ano de 1953, apontou que negros e mulatos representavam 27% da população (DE LA FUENTE, 2001, p. 416). Todavia, em prol da unidade nacional – reafirmando a antiga leitura dos políticos no poder, que compreendiam a questão racial como um tema “divisionista”^{xxiv} – o Estado socialista assumiu a existência de desigualdades sociais entre negros e brancos, mas declarou tê-las superado na *II Declaración de La Habana* em 1962, com a eliminação de aspectos jurídicos que impediam a igualdade de direitos^{xxv}.

Para resguardar a sociedade socialista dos problemas do divisionismo ideológico em torno da temática racial, erigiu-se uma cortina de silêncio sobre o tema. Segundo o economista Esteban Morales (2007, p. 206), como para as autoridades o racismo havia sido superado, a população negra não pode organizar-se enquanto grupo social específico, ademais, a temática racial passou a ser tratada como um verdadeiro “tabu”.

Pois, não foi criada uma organização de massas para aglutinar e mobilizar a população negra enquanto grupo, tal como aconteceu com as mulheres, mas ocorreu o contrário. Já que as religiões de matriz africana passaram a ser malvistas^{xxvi} e as Sociedades de Negros e Mulatos, existentes desde o período colonial, foram fechadas a partir de 1960 (DE LA FUENTE, 2001; GOTT, 2006). Encerraram-se inclusive, as instâncias femininas dessas associações, dedicadas a valorizar as mulheres e as famílias negras. Ou seja, além de a população negra não ter sido alvo de políticas direcionadas a superar as históricas desigualdades sociais vivenciadas pelo grupo, os espaços de promoção da cultura e da identidade negra existentes, foram banidos ou desvalorizados pelo governo.

Criou-se um ambiente social onde a autoafirmação racial da população negra ou apontamentos sobre a existência de desigualdades raciais era visto enquanto uma prática divisionista, além de um suposto racismo às avessas^{xxvii}. Uma vez que foi instituída uma política de silenciamento sobre a temática racial, a maioria dos trabalhos acadêmicos e da produção cultural que abordou a condição social da população negra restringiu-se ao contexto anterior à 1959, principalmente o período colonial e ao tema da escravidão^{xxviii}. Por outro lado, as poucas investigações que debateram o tema no contexto revolucionário propagaram o discurso de superação das desigualdades raciais, como demonstram os títulos dos seguintes artigos “*La discriminación racial en Cuba no volverá jamás*” de Felipe José Carneado (1962); “*Un mal pasado, aspectos de la discriminación racial*” de Juan Sánchez (1972); “*El negro ciudadano del futuro*” de Juan René Betancourt, e o livro de Pedro Serviat (1986) “*El problema negro en Cuba y su solución definitiva*” (ALMEIDA, 2011, p. 141).

As pessoas que tentaram questionar tal silenciamento foram reprimidas ideológica e politicamente pelo Estado, como no incidente que antecedeu o *Congreso Cultural de La Habana* em 1968^{xxix}.

Em contraposição, no que se refere às relações de gênero, as primeiras pesquisas sobre a condição social da mulher a partir de 1959 foram desenvolvidas pela própria FMC, além de outras instituições^{xxx}. Contudo, ainda maior que o silenciamento sobre as relações raciais, foram as investigações e debates sobre os sistemas combinados de opressão de gênero, raça e sexualidade, vivenciados pelas mulheres negras. Neste sentido, ressalta-se o fato de que a FMC nunca abordou as especificidades da condição histórica das mulheres negras.



Desta forma, fica evidente que a respeito do tema das relações raciais o Estado socialista não realizou uma ruptura real com as concepções político ideológicas vigentes nos sistemas anteriores. Para Morales (2007, p. 209) o direcionamento político do governo revolucionário sobre os temas de gênero e raça contrastam-se entre si. Este autor defende que houve distinções no tratamento das temáticas, já que as mulheres tiveram a possibilidade de se aglutinar em uma organização política e receberam algumas políticas sociais. Todavia, defendemos que tais distinções foram apenas aparentes, pois no cerne das ações empreendidas tanto para a população negra, como para as mulheres encontra-se o mesmo ideal de homogeneização característico da visão tradicional do marxismo.

Até porque, ainda que os teóricos clássicos do marxismo tenham refletido sobre a “emancipação feminina”, as considerações foram muito limitadas, já que a centralidade do debate se manteve sobre a questão de classe. Neste sentido, ao problematizar a compreensão da temática de gênero por essa vertente teórica e a experiência prática da URSS (onde o Estado cubano se inspirou), a filósofa Andrea Nye afirmou:

Sempre houve reservas quanto às premissas em que se baseavam quaisquer organizações femininas: que havia problemas especiais das mulheres, problemas específicos de mulheres e não de trabalhadores em geral. Essas premissas eram ofensivas não apenas a certos interesses masculinos como também teoricamente inadmissíveis. Nada deveria haver fora da economia materialista, nada inexplicado e desconexo com a economia, e parecia que admitir problemas específicos de mulheres era negar esse dogma básico da teoria marxista. (NYE, 1995, p. 63).

Como exemplo disto no contexto cubano, a FMC, única organização de mulheres existente, não disfrutou de autonomia efetiva e foi conduzida pelo governo, constituído majoritariamente por homens. Ao analisar o discurso de representantes da FMC, é possível apreender que a autonomia política das mulheres cubanas e a sua presença nos espaços de poder não foi uma prioridade, nem mesmo no interior da própria organização:

Al hablar de los logros alcanzados y de la línea de trabajo seguida por la Federación, debemos resaltar que en ellos a sido factor fundamental la acertada dirección de Fidel, conductor excepcional de la Revolución y su Partido, que ha tenido una profunda y real concepción acerca del papel de la mujer en la sociedad, y ha depositado su plena confianza en la masa femenina y en la Federación, situándonos tareas de alta responsabilidad en el proceso, desde los días gloriosos de la Sierra Maestra hasta la etapa actual de construcción del socialismo, trazando siempre las proyecciones adecuadas de nuestro trabajo (ESPÍN, 1990, p. 86).

Com o direcionamento e a imputação dos aspectos positivos de seu trabalho à figura de um homem, ficam evidentes a falta de autonomia política da FMC, a postura paternalista do Estado, tal como a vigência de uma concepção personalista nesta sociedade. Desta maneira, sem problematizar e desconstruir as representações historicamente atribuídas às mulheres e homens, mantiveram-se presentes as hierárquicas de gênero que naturalizaram a presença da figura masculina nos espaços de decisão política do país^{xxx}, constituindo um “*modelo deliberadamente masculinista de autoridad*” (MOLYNEUX, 2003, p. 201).

A ênfase sobre a contribuição feminina para o desenvolvimento econômico, também foi importante para o alcance da independência financeira das mulheres. Porém, não houve abertura para a construção de um discurso autônomo pautado a partir das experiências e demandas das mulheres. As políticas desenvolvidas pela FMC tiveram um caráter ambivalente, pois, visavam às necessidades da sociedade cubana como um todo, sem espaço para a construção de uma identidade de gênero diferenciada (BOBES, 2001).

Até mesmo a plataforma de políticas para as mulheres, empreendida com o apoio da FMC para a redução das atividades domésticas, visou atender problemas públicos e de ordem econômica, como a incorporação das mulheres ao trabalho e o conseqüente aumento dos índices de produção, e não problemáticas vivenciadas por este grupo especificamente. Desta forma, não ocorreu a desconstrução da atribuição histórica do trabalho doméstico às mulheres, mas a propagação de que essas funções deveriam ser assumidas pelo Estado (BOBES, 2001). Porém, o governo nunca conseguiu atender a demanda existente devido às limitações econômicas para custear essas políticas. Assim, as mulheres cubanas permaneceram sobrecarregadas por duplas ou triplas jornadas de trabalho, tal como ou ainda mais desgastantes que nas sociedades capitalistas^{xxxii}.



Portanto, a conquista da igualdade formal e o desenvolvimento de medidas para promover a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado, políticas definidas de cima para baixo, não garantiram a “emancipação feminina” na prática. Tal condição foi imposta especialmente para as mulheres negras, que não foram incluídas no discurso oficial do Estado e da FMC, além de não terem tido suas particularidades históricas reconhecidas (SANTOS, 2012).

GÊNERO, CLASSE, RAÇA E REVOLUÇÃO: A PERSPECTIVA DE REYITA, UMA MULHER NEGRA CUBANA E NONAGENÁRIA

O livro da historiadora Daisy Rubiera Castillo, de título: *“Reyita, sencillamente. Testimonio de una negra cubana nonagenaria.”*, foi publicado em 1997. Demonstrando-se como um divisor de águas sobre o discurso acerca da população negra, uma vez que a temática das relações raciais foi definida anteriormente como um tabu^{xxxiii}.

Esta obra retrata as memórias de María de los Reyes Castillo Bueno, mãe da autora, por meio da metodologia da história oral. Esta mulher negra, neta de uma africana escravizada, nasceu no ano de 1902 e faleceu em 1997, aos 95 anos – no dia do lançamento do livro sobre sua vida.

Reyita viveu muitas dificuldades ao longo de sua trajetória. Oriunda de uma família muito pobre, foi vítima da intersecção dos sistemas de opressões de gênero, classe e raça desde muito cedo. Desenvolveu diversas estratégias de sobrevivência^{xxxiv}, que lhe possibilitaram conciliar o cuidado dos oito filhos^{xxxv} e obter recursos financeiros para garantir sua “autonomia” no casamento^{xxxvi}. Ainda assim, mesmo frente as limitações de ordem material, classificamos e interpretamos aqui, Reyita – que foi uma assídua leitora – como uma referência intelectual, por ser alguém que desenvolveu reflexões sobre a realidade em que estava inserida^{xxxvii}.

Ou seja, demonstra-se necessário problematizar a própria compreensão sobre o conceito de intelectual nas sociedades ocidentais, no sentido de questionar a quais grupos e formatos de produção, o modelo tradicional de intelectualidade tende a legitimar ou simplesmente, deslegitimar e deixar de fora^{xxxviii}.

Afinal, como afirma Collins (2019, p. 54), *“Se não dermos atenção a essas fontes não tradicionais, grande parte da tradição intelectual das mulheres negras corre o risco de permanecer ‘desconhecida e portanto, desacreditada’*”. Assim, nos propomos a considerar Reyita no interior de uma tradição do pensamento feminino negro da diáspora, e mais especificamente de Cuba^{xxxix}.

O livro apresenta as experiências cotidianas, bem como o envolvimento de Reyita e sua família nos marcos históricos e políticos da nação cubana ao longo do século XX^{xl}. Diversos eventos são narrados, envolvendo seus familiares e a própria Reyita, tais como: a Guerra de 1912; a visita de Marcus Garvey à Cuba em 1926; a luta contra a ditadura de Batista; o êxito e a atuação na defesa da revolução; os atentados promovidos pelo governo estadunidense; a contribuição cubana nas guerras de independência na África, o período especial, etc.

Com relação as atividades políticas de antes da revolução, entre outras coisas, destaca-se que Reyita se filiou ao Partido Socialista Popular^{xli} na década de 1940. Ela participava das reuniões e atuava, junto com as filhas, nas atividades para levantar recursos para o partido, além de ter cedido a própria casa para a realização das reuniões. Mas com a mudança para outra cidade, fruto da instabilidade financeira da família, ainda que nunca tenha oficializado, ela se desvinculou das atividades do partido (RUBIERA 1997, p. 84-86).

Quanto a participação da família na revolução, dois dos filhos de Reyita se incorporaram diretamente na luta do Movimento 26 de Julho^{xlii}, combatendo na Sierra Maestra – inclusive um deles morreu em um atentado contrarrevolucionário^{xliii}. Quando ocorreu a revolução em 1959, Reyita já tinha 57 anos, mas teve um papel ativo, atuando na defesa da revolução. Neste sentido, ela menciona que desenvolveu trabalho voluntário nas campanhas de alfabetização e da “safra dos dez milhões” de cana-de-açúcar, além de ter atuado nas organizações do Comitê de Defesa da Revolução (CDR); Federação de Mulheres Cubanas (FMC) e a Milícia Nacional Revolucionária (RUBIERA, 1997).

O testemunho de Reyita expõe a existência de intrínsecas hierarquias raciais e de gênero, presentes até mesmo no interior dos núcleos familiares, nos distintos sistemas políticos e econômicos de Cuba. Ainda que a maioria dos episódios se concentrem no período anterior, são mencionadas situações de racismo, inclusive, no contexto revolucionário.

Como expõe o extrato abaixo, onde Reyita chamou à atenção para os níveis de rupturas e permanências dos valores do sistema anterior no período revolucionário:



Yo soy muy observadora y me doy cuenta de que hay pocos negros actores y los que hay nunca han sido protagonistas de una novela o de un cuento. Siempre son los criados, los trabajadores de los muelles, los esclavos; en fin, depende del tema de que se trate. Al principio de la Revolución eso era lógico, nosotros no teníamos mucho o ningún conocimiento, ¡pero ahora!, después de todos estos años... ¿Será que los escritores no les gusta hacer novelas donde los protagonistas sean negros, o es otra cosa? Es por lo que pensó que los que continúan manteniendo vivos los problemas discriminatorios hacen mucho daño. En ese sentido ¡queda mucho por hacer! (RUBIERA, 1997, p. 27).

Ou seja, por meio do exemplo da continuidade da invisibilidade da população negra na televisão, Reyita expõe que ainda “*¡queda mucho por hacer!*” com relação a temática racial dentro da revolução. Afinal, após quase quatro décadas do êxito revolucionário quais seriam as justificativas para tal assimetria na produção televisiva –

de responsabilidade estatal – se não, por possíveis permanências do racismo?

Neste sentido, demonstra-se importante apontar que posteriormente Esteban Morales (2007), também abordou a invisibilidade negra na televisão cubana em seu livro, além da presença de representações estereotipadas^{xliv}. Similarmente, a poetisa e escritora Georgina Herrera tratou da questão, a partir de sua experiência interna, como produtora cultural^{xlv}.

Ou seja, a característica “*muy observadora*” de Reyita, gerou reflexões com as quais outros/as intelectuais cubanos/as (identificados e reconhecidos como tal) também se debruçaram posteriormente.

Porém, a invisibilidade da população negra não permaneceu apenas na produção televisiva, como demonstra a pesquisa das psicólogas Yesenia Selier e Penélope Hernández (2002) sobre a identidade racial da população negra na cidade de La Habana. As autoras identificaram que durante a formação na educação básica, as principais referências ao grupo estão vinculadas ao processo da escravidão, de modo desvinculado de práticas de protagonismo^{xlvi}. Elas afirmam, “*Es alarmante como la gran mayoría desconoce el legado que el grupo negro ha dado a la Historia de nuestra nación*” (2002, p. 88). Neste sentido, as autoras questionam: “*¿Hacia dónde va un grupo privado de su historia?*” (2002, p. 85).

Ao seu modo, Reyita já tinha traçado uma problematização sobre a invisibilidade da história negra, com o mesmo viés, ao tratar sobre o trágico episódio envolvendo os integrantes do *Partido Independientes de Color* no ano de 1912, também conhecido como “*la guerrita de las razas*”^{xlvii}. Onde estima-se que mais de 3.000 negros e mestiços foram assassinados, contra a morte de 12 soldados do governo. Para a historiadora Rebecca Scott, o exército cubano sufocou “*o protesto com uma campanha que pode ser considerada assassina*” (SCOTT, 2005, p. 193).

Ao recordar o episódio histórico, onde seu tio foi assassinado e sua tia foi presa –responsáveis com os quais vivia na época – Reyita questiona o modo como o governo revolucionário lidou com o tema, dando sequência à política do silenciamento presente nos governos anteriores:

Pero lo que me llama la atención es que después del triunfo de la Revolución a nadie se le ocurrió entrevistar las personas que vivieron aquellos momentos, a los que perdieron a sus familiares, a los que conocían de cerca los motivos que se tenían para hacer aquel Partido. Debían haberlo hecho, creo que ya no queda ninguno vivo. Ahora yo me pregunto ¿por qué los historiadores no han profundizado en lo que pasó? (RUBIERA, 1997, p. 49).

Desta forma, como aponta Reyita os historiadores/as perderam a oportunidade de abordar um dos episódios mais emblemáticos da história cubana no século XX, que permaneceu invisibilizada (DE LA FUENTE, 2002; SCOTT, 2005). E para além disso, o governo revolucionário abriu mão da possibilidade de enfrentar o “*miedo al negro*”^{xlviii}. Segundo Jorge Camacho (2015), entre outros/as estudiosos/as, esta concepção foi central para a construção do ideal de nação edificado em Cuba.

Portanto, acreditamos que as considerações de Reyita indicam uma perspectiva crítica, que vai além da produção televisiva e a historiografia em si, mas aponta para a existência de um discurso oficial e consequentemente institucional, que relegou a população negra a uma posição de invisibilidade e “*não lugar*” no interior da revolução.



Quanto a FMC, ainda que mencionada na obra de Rubiera (1997), infelizmente não existem detalhes sobre a experiência de Reyita no interior desta organização de massas. Contudo, pelas críticas sobre a invisibilidade negra na produção televisiva e historiográfica, desenvolvemos a hipótese de que a intelectual em questão também construiu um olhar crítico sobre essa instituição, uma vez que as especificidades das mulheres negras tampouco foram reconhecidas pela FMC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A única organização de mulheres da ilha não exercitou de autonomia efetiva, ao construir suas ações a partir das designações de líderes do sexo masculino (e brancos). Desta forma, a posição das mulheres (em geral) sobre o seu próprio processo de luta por emancipação foi colocada em segundo plano.

No caso específico das mulheres negras, a concepção de luta deste grupo e a expertise constituída pela sua experiência histórica a partir de estratégias de enfrentamento da intersecção dos sistemas de opressão de gênero, classe e raça, foram simplesmente rejeitados. Ao desconsiderar a opressão racial, e como esta afetava particularmente as mulheres negras, a FMC ignorou os possíveis ensinamentos de mulheres negras, tal como Reyita, e conseqüentemente, corroborou com a invisibilidade das mulheres negras no processo de luta pela “emancipação feminina”.

O governo revolucionário dialogou com os teóricos clássicos do marxismo (homens brancos europeus), assim como os líderes soviéticos sobre a dita “emancipação feminina”. Mas aparentemente faltou se abrir para os ensinamentos do seu próprio povo, considerando intelectuais como Reyita, que na condição de mulher negra caribenha, ao refletir sobre a “emancipação feminina” não poderia ignorar a interseccionalidade dos sistemas de opressão de gênero, classe e raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Yulexis Junco. Género y racialidad: Una reflexión obligada en la Cuba de hoy. In MARTIATU; RUBIERA. (comp.) *Afrocubanas*. Historia, pensamiento y prácticas culturales. La Habana: Ciencias Sociales, p. 133-149, 2011.
- ÁLVAREZ, Mayda Suárez. Mujer y poder. *Revista Temas*, La Habana, n. 14, p. 13-25, 1998.
- ANDERSON, Perry. A crise do marxismo. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed. 1985.
- AYERBE, Luis Fernando. *A revolução cubana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- BARÓ, Dionisio Lázaro Poey. Cuba: estratégias de sobrevivência de mulheres negras (século XX). 2009. 221 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2009.
- BOBES, Velia Cecilia. Las mujeres cubanas ante el período especial: ajustes y cambios. *Debate Feminista*, México DF., v.12, nº 23, p. 67-96, 2001.
- CASTRO, Fidel Ruz. *Mujeres y revolución*. Habana: Editorial de la Mujer, 2006.
- _____. *O homem novo e a nova mulher em Cuba*. São Paulo: Global, 1979.
- CAMACHO, Jorge. Miedo negro, poder blanco en la Cuba colonial. Madrid, Iberoamericana, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo, Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016.
- D’ATRI, Andrea. Pan y rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo. Buenos Aires: Armas de la Crítica, 2004.



- DE LA FUENTE, Alejandro. *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000*. Madrid: Editorial Colibrí, 2001.
- ELIZALDE, Rosa Miriam. *Flores desechables ¿Prostitución en Cuba?* La Habana: Abril, 1996.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Traduzido por Jose Silveira Paes. São Paulo: Global, 1991.
- ENGELS, Friedrich.; MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl; LENIN, Vladimir. *Sobre a mulher*. Traduzido por Armandina Venâncio. 3. ed. São Paulo: Global, 1981.
- ESPÍN, Vilma. *Informes centrales de los congresos de la FMC*. Habana: Imprenta Central de las FAR, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4º ed. 1982.
- HERNÁNDEZ, Penélope. SELIER, Yesenia. Identidad racial de “gente sin historia”. *Revista Caminos*, La Habana, n.24-25, p. 84-90, 2002.
- HERRERA, Georgina; RUBIERA, Daisy Castillo. *Golpeando la memoria*. Testimonio de una poeta cubana afrodescendiente. La Habana, Editorial Unión, 2005.
- MINISTERIO DE JUSTICIA. *La mujer en Cuba socialista*. La Habana: Editorial Orbe, 1977.
- MISKULIN, Silvia César. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução 1961-1975*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Estudio teórico comparado. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MORALES, Esteban. *Desafíos de la problemática racial en Cuba*. Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2007.
- NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.
- RUBIERA, Daisy Castillo. *Grupo afrocubanas*. *Cuban Studies* No. 48, Special Issue Dedicated to the Afro-Cuban Movement / Número Especial Dedicado al Movimiento Afrocubano (2019), pp. 202-213.
- _____. *Reyita, sencillamente*. La Havana: Prolibros. 1997.
- SANTOS, Giselle dos Anjos. A representação da mulata no imaginário social cubano. São Paulo, Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 21, p. 90-124, jul./dez. 2016.
- _____. *Mulheres negras em Cuba: Representações sociais em tempos de crise (1992-2012)*. (Dissertação) Salvador, Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, 2012 (p. 241).
- _____. *“Que nuestra voz se levante”*: o discurso contra hegemônico das mulheres negras e mulatas na Revista Minerva em Cuba no final do século XIX. 2021 (No prelo).
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez., p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Rebecca. Fronteiras móveis, “linhas de cor” e divisões partidárias: raça, trabalho e ação coletiva em Lousiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, Frederick. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, 1991.



VASSI, Cassia. *Mulheres em Cuba. Uma perspectiva jurídica (1901-1976)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2006.

VILLAÇA, Mariana. *Cinema cubano. Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

NOTAS

ⁱ No tocante à categoria de interseccionalidade, utilizamos como referência o conceito proposto pela professora de Direito Kimberlé Crenshaw. Segundo ela, a categoria de interseccionalidade “busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

ⁱⁱ No que tange a discussão de gênero, partilho das considerações de Joan Scott (1995), que compreende que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, instituindo-se como uma forma primária das relações significantes de poder.

ⁱⁱⁱ Angela Davis (2016) nos provoca a pensar na obra “Mulheres, raça e classe”, sobre a conexão histórica presente nas Américas entre “escravidão, exploração econômica e opressão social das mulheres” (DAVIS, 2016, p. 75).

^{iv} A respeito da categoria de raça, partilho da definição conceitual da antropóloga Verena Stolcke (1991) que não a compreende a partir de uma noção biológica, mas como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Assim, embora a raça não exista em termos biológicos, está presente no imaginário social por meio de classificações hierarquizadas de grupos e indivíduos.

^v A perspectiva socialista praticada pelo governo cubano enquadra-se na definição teórica do marxismo-leninismo, conceituado originalmente na II Internacional Comunista.

^{vi} Lenin afirmou: “As funções de polícia, como as de assistência a doentes e crianças abandonada, o controle da alimentação, etc. não podem, em geral ter uma execução satisfatória enquanto as mulheres não hajam obtido a igualdade perante os homens, não só nominal, mas efetiva” (LENIN, 1981, p. 101).

^{vii} As políticas soviéticas para o alcance da “emancipação feminina” foram proclamadas no II Congresso do Komintern em 1920, serviram de base para as ações relativas as mulheres em diferentes países socialistas. Este programa, apoiado na análise de Friedrich Engels em “A origem da família, propriedade privada e o Estado”, previa retirar as mulheres do lar e incorporá-las na economia, reorganizar os lares camponeses que mantinham as mulheres em posições subordinadas, desenvolver serviços sociais para facilitar o trabalho doméstico e o cuidado infantil, criar a igualdade de oportunidades e mobilizar as mulheres através do trabalho político, além de desenvolver uma legislação protetora de suas atividades reprodutivas (MOLYNEUX, 2003, p. 170).

^{viii} As mulheres russas conquistaram inúmeras proteções legais, tais como: o direito ao divórcio e ao aborto, a igualdade entre o matrimônio legal e o concubinato, além do direito ao voto e a possibilidade de serem votadas. No entanto, a partir de 1926 durante o governo autoritário de Stalin, ocorreram grandes retrocessos nas políticas direcionadas às mulheres, como a substituição do matrimônio civil como a única forma de união legal, a suspensão do direito ao aborto, além da proibição da homossexualidade, prostituição e a supressão do Zhenodtel, a sessão feminina do Partido Comunista (D’ATRI, 2004, p. 90).

^{ix} De acordo com Carlos Moore (2007, p. 11), “desde seu início, na Antiguidade o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia.”.

^x As organizações de massa foram criadas a partir da iniciativa estatal para aglutinar e organizar a atuação popular, com bases em todos os bairros, elas representaram o elo entre o Estado e a população. Algumas delas são: *Comités de Defensa de la Revolución, Asociación de Jóvenes Rebeldes, Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, a Unión de Escritores y Artistas de Cuba, Federación de Estudiantes Universitarios, Federación de Mujeres Cubanas*. Surgiram outras organizações no decorrer dos anos, hoje em dia existem cerca de 170.

^{xi} Para a socióloga Velia Bobes (2001), a participação de grandes quantidades de cubanos nessas tarefas, foi importante para construir a imagem do povo era o verdadeiro protagonista das transformações que ocorriam no país.

^{xii} Em 1959 cerca de 40% da população não era letrada. Fidel prometeu no ano de 1960 que a revolução erradicaria o analfabetismo no período de um ano. A meta foi alcançada por meio da campanha de trabalho voluntário, empreendida por cerca de 100 mil professores.

^{xiii} Outra importante mobilização para o desenvolvimento do trabalho voluntário, ocorreu em 1970 para a produção de “Dez milhões de toneladas” de cana de açúcar. Mas, apesar do grande empenho da população a meta recorde não foi atingida.

^{xiv} Fidel afirmou em 1974, que: “Os grandes revolucionários contemporâneos sempre compreenderam o papel da mulher: Marx, Engels e Lenin. Lenin disse (...), que não se alcançaria a vitória plena do povo, se não se conseguisse a completa libertação da mulher.” (CASTRO, 1979, p. 79).

^{xv} Mesmo ocupando um espaço marginalizado nesta sociedade na década de 1950, as mulheres não deixaram de atuar na construção do processo revolucionário. Elas transportaram armas, organizaram manifestações, greves e redes clandestinas, além de terem participado do combate armado nos focos da guerrilha no pelotão Mariana Grajales, composto apenas por mulheres.

^{xvi} Vilma Espín Guillois foi uma das mulheres que atuou na luta revolucionária, combateu na luta armada na Sierra Maestra. Além de presidenta da FMC, Vilma presidiu a *Comisión Nacional de Prevención y Atención Social* e a *Comisión de la Niñez, la Juventud y la igualdad de derechos de la Mujer*, atuou na *Asamblea Nacional del Poder Popular*, e ainda, foi uma das poucas mulheres que integrou o *Comité Central del Partido*.

^{xvii} Vilma Espín se casou no ano de 1959 com Raul Castro, irmão de Fidel, que se tornou posteriormente presidente da ilha de Cuba.



^{xxviii} Marx e Engels (2001, p. 51) diferenciam o sentido do trabalho, segundo o sistema econômico: “*Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é somente um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer e promover o processo da vida dos operários*”.

^{xxix} De acordo com Maxine Molyneux (2003), para a teoria marxista, após a revolução do proletariado abolir a necessidade e a escassez, assim como garantir o rápido crescimento econômico, seriam forjadas as bases materiais para construir a fase transitória do socialismo e atingir a sociedade comunista. A pobreza e o subdesenvolvimento da Rússia no início do século XX estabeleceram a urgência pela modernização social e a perspectiva desenvolvimentista do Estado soviético, característico da maioria das experiências do “socialismo real” (MOLYNEUX, 2003).

^{xxx} No caso dos Círculos Infantís, por exemplo, foi estabelecida a meta de construção de trezentas instituições no ano de 1961, mas foram entregues apenas 57, visto que dentre elas existiam antigas creches readaptadas. Em 1962 foram entregues 59 círculos, mas nem todos se encontravam aptos para o funcionamento. De tal modo que devido as dificuldades econômicas, o governo reconsiderou as planificações estabelecidas anteriormente (ESPÍN, 1990, p. 27).

^{xxxi} No ano de 1959, quando a população cubana representava 6 milhões de pessoas, estima-se que 100 mil mulheres atuavam na prostituição (ELIZALDE, 1996). Para combater este problema o governo fechou todos os bordéis, ofereceu qualificação profissional para as mulheres nas escolas de superação geridas pela FMC e disponibilizou atenção aos seus filhos. Assim, a prostituição foi declarada oficialmente extinta no ano de 1965.

^{xxxii} Marx e Engels traçaram considerações a respeito do tema da prostituição. Eles afirmaram que “*é evidente que, com a abolição das atuais relações de produção, também desaparece a comunidade de mulheres que dela decorre, ou seja, a prostituição oficial e não oficial*” (2001, p. 56).

^{xxxiii} O Código de Família foi baseado nos valores da moral socialista. Segundo a historiadora Cassia Vassi (2006), este alicerce legal explícita também que as ações do Estado não estiveram restritas apenas a vida pública, objetiva e material da população cubana, mas buscaram estender-se também à esfera privada e subjetiva.

^{xxxiv} Como expõem o historiador cubano Alejandro de la Fuente (2001), as questões relativas à população negra foram entendidas como fatores de divisão do povo cubano pela elite, em diferentes períodos históricos.

^{xxxv} Na *II Declaración de La Habana* foi apontado que, “*el divisionismo, producto de toda clase de prejuicios, ideas falsas y mentiras, y el sectarismo, el dogmatismo, la falta de amplitud para analizar el papel que corresponde a cada capa social, a sus partidos, organizaciones y dirigentes, dificultan la unidad de acción imprescindible entre las fuerzas democráticas y progresistas de nuestros pueblos*” (DECLARACIÓN, 1962 *apud* UXÒ, 2010, p. 110).

^{xxxvi} De modo geral, todas as religiões foram interpretadas com certa desconfiança pelo Estado socialista, por serem vistas como sinônimo do pensamento supersticioso e alienado que afrontava o almejado desenvolvimento científico e a construção do *homem novo*. Mas algumas crenças religiosas foram alvos de perseguições diretas, como os membros da Igreja Testemunhas de Jeová. Institucionalizando tal perspectiva, a religião foi um dos temas debatidos no I Congresso Nacional de Educação e Cultura (1971), onde determinou-se a “separação absoluta” entre a Igreja e o Estado, tal como a escola e a Igreja. As religiões de matriz africana, como as *nhánhigas* ou *abakuás*, foram criticadas durante o congresso por considerar-se que conduziram a juventude à delinquência (MISKULIN, 2009, p. 228).

^{xxxvii} O argumento que aponta para existência do racismo às avessas, empreendido pelos negros contra os brancos, demonstra-se como teoricamente equivocado e politicamente mal-intencionado. Visto que o racismo é um sistema de poder, “*Embora membros de todos os grupos possam ter opiniões racistas – não há imunidade genética nesses casos – não é todo grupo que detém o poder necessário para praticar o racismo, ou seja, para traduzir uma atitude preconceituosa em opressão social.*” (SHOHAT; STAM, 2001, p. 51). Neste sentido, seria pouco provável que a população negra, historicamente marginalizada na sociedade cubana, pudesse ter poder suficiente para oprimir racialmente a população branca.

^{xxxviii} Atendendo a perspectiva que encarava as desigualdades raciais como superadas no contexto revolucionário, além do objetivo de reescrever a história cubana a partir do ponto de vista materialista, o cinema foi utilizado como veículo estratégico para a disseminação desses ideais através da produção do ICAIC, que privilegiou o tema da escravidão. O cineasta negro Sergio Giral produziu uma trilogia sobre a escravidão no século XIX: *El otro Francisco* (1973), *Ranchedor* (1975) e *Maluala* (1979). Antes dessa produção, Giral já havia realizado uma curta sobre o tema, denominado *Cimarrón* (1967), e ainda realizou o filme *Plácido* (1986) com o mesmo enfoque. O renomado cineasta Tomás Gutiérrez Alea produziu *La última cena* (1976), considerado um dos melhores filmes realizados sobre o tema da escravidão, inspirado em fatos de uma rebelião escrava que ocorreu em Cuba em 1789. Popularmente conhecidos como *negrometajes*, esses filmes ressaltaram o exemplo histórico da luta do negro, através de rebeliões e o aquilombamento. No entanto, a historiadora Mariana Villaça afirma que os *negrometajes* inseriram “*os negros na história esfumando possíveis diferenças ou conflitos raciais: é como se reiterasse a mensagem de que todos são iguais, no passado e no presente, à medida que se comportam como verdadeiros revolucionários*” (VILLAÇA, 2010, p. 298).

^{xxxix} O ministro da educação José Llanusa Gobels, dias antes do *Congreso Cultural de La Habana* em janeiro de 1968, convocou uma reunião com intelectuais negros considerados “problemáticos”: Walterio Carbonell (jornalista e etnólogo), Rogelio Matinez Furé (etnólogo e poeta), Nancy Morejón (poetisa), Nicolás Guillén Ladrian e Sara Gómez (cineastas), Alberto Pedro e Pedro Deschamps Chapeaux (etnologistas), Luis M. Saenz e Juan Manuel Casanova (escritores e jornalistas), Eugenio Hernández e Gerardo Fullea León (dramaturgos), Esteban Cárdenas, Pedro Pérez Sarduy, Wichy *el negro*, Manuel Granados, Serafin Quiñones e Ana Justina (escritores). Eles foram acusados de articular reuniões para redigir um “manifesto negro” sobre as desigualdades raciais em Cuba para apresentar no referido congresso, o que representava um complô, já que somente “inimigos da Revolução” poderiam insistir em um assunto declarado oficialmente como resolvido desde 1959. Llanusa afirmou que o governo não iria tolerar atividades que “dividissem o povo cubano” em termos raciais. Estes intelectuais foram proibidos de comparecer no *Congreso Cultural de La Habana*, além de reprimidos de diferentes maneiras individualmente. Mas, a maioria obteve a oportunidade de se “reabilitar” através de pequenos trabalhos (MOORE, 1988, p. 308-310 *apud* MISKULIN, 2009, p. 185-186).



^{xxx} Diferentemente da temática racial que foi explorada majoritariamente com o viés histórico, o tema da opressão de gênero foi abordado nos filmes produzidos pelo ICAIC centrando o contexto revolucionário, através da perspectiva do realismo socialista que buscava explorar temas do cotidiano, o real e o ideal. Estimulados pela promulgação do Código de Família em 1975, foram produzidos diversos filmes entre as décadas de 1970 e 1980 sobre os problemas familiares, o papel da mulher na sociedade e a transformação dos valores. Neste contexto realizaram-se os filmes: *Retrato de Teresa* (1979) de Pastor Vega, *Hasta Cierta Punto* (1983) de Tomás Gutiérrez Alea, *Habanera* (1984) também de Pastor Vega, e de Rolando Díaz a película *Los pájaros tirándole a la escopeta* (1984). Segundo Villaça, essa temática foi tão reiterada que provocou a saturação do público e da crítica que rotulou o conjunto desses filmes de modo jocoso, como a febre do *machismo-leninismo* (VILLAÇA, 2010, p. 307-310).

^{xxxii} Uma pesquisa realizada pela FMC em 1988 com cinco mil cubanos, com igual número de mulheres e homens, buscou compreender a preferência por candidatos do sexo masculino nas eleições do Poder Popular. Ao serem questionados sobre as suas predileções, 60% dos entrevistados responderam que não havia distinções entre serem dirigidos por uma mulher ou por um homem. Porém, mais da quarta parte declarou possuir preferência pela autoridade masculina. Esta resposta foi dada tanto por homens como por mulheres, 28,5% e 24,2% respectivamente. Quando foram questionados se consideravam os homens melhores dirigentes, 37,9% das mulheres e 43,3% dos homens responderam que sim. Dos 2.110 entrevistados que responderam positivamente a pergunta, 56% justificaram afirmando que os homens possuem mais oportunidade e tempo que as mulheres, e 30% afirmaram que os homens têm maior capacidade por natureza, para exercer tais funções (ÁLVAREZ, 1998).

^{xxxiii} No caso cubano, particularmente, onde toda a população foi convocada à mobilização para compor os espaços de trabalho, as organizações de massas e atuar nas campanhas de trabalho voluntário, fica evidente uma forma de inclusão bastante sacrificante do grupo social feminino, que além de todas essas atividades no espaço público, ainda manteve a histórica responsabilidade dos cuidados com as crianças e os afazeres domésticos, no espaço privado. Bobes (2001, p. 107) aponta que a plena participação feminina na sociedade revolucionária teve efeitos “*perversos*”.

^{xxxiii} Ao apontar a relevância da obra “*Reyita, sencillamente*”, Rubiera afirmou que “*Resultó muy importante incorporarlo en el canon literario cubano contemporáneo. Era un esfuerzo que se unía al de otras y otros por reivindicar la identidad afro como parte inherente de la identidad nacional.*” (RUBIERA, 2019, p. 205).

^{xxxiv} Reyita desenvolveu inúmeras atividades de trabalho, dentre elas: foi babá; professora (a partir dos 15 anos de idade); camareira; lavadeira; costureira; vendeu diferentes tipos de comida; entre outras atividades. A tese de doutorado do historiador Dionísio Poey Baró (2009) investiga justamente as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas mulheres negras cubanas ao longo do século XX por meio da análise da obra “*Reyita, sencillamente*”.

^{xxxv} Além dos cuidados com os oito filhos biológicos, Reyita também criou outras vinte crianças – filhos de mulheres prostitutas.

^{xxxvi} A discriminação racial vivenciada na infância, somada a outras experiências, motivaram a decisão de Reyita por “*adelantar la raza*”, ao casar-se com um homem branco no ano de 1923 (RUBIERA 1997).

^{xxxvii} O próprio Gramsci (1982) ressaltou que além de a questão dos intelectuais ser fruto de construções históricas, sociais e políticas, também existe diversidade entre os grupos intelectuais. Afinal, como Gramsci defendeu: “*No existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer (...)*” (GRAMSCI, 1982, p. 7).

^{xxxviii} Ainda que no livro Reyita seja apresentada como uma pessoa ativa intelectualmente, devido ao seu gosto pela leitura, mesmo com a idade já avançada; foi somente na obra seguinte que Daisy Rubiera, apontou a autoria compartilhada do livro com sua mãe, que passou de entrevistada para coautora e entrevistada: “*Cuando, inspirada en la necesidad que María de los Reyes Castillo sintió de abrir su corazón y contar la historia de su vida, organicé y edité el libro Reyita, sencillamente, quise dar voz – por primera vez en la literatura cubana – a una mujer negra. Coincidió que la voz de esa mujer era de mi propia madre; fue como darme voz a mí misma, y no me percaté de que le quitaba un derecho, compartir conmigo la autoría del libro.*” (HERRERA, RUBIERA, 2005, p. 9).

^{xxxix} Existem algumas referências importantes da tradição do pensamento feminino negro em Cuba. Um dos exemplos é a Revista Minerva, publicação quinzenal organizada por mulheres negras e mulatas no final do século XIX, entre 1888 e 1889 (SANTOS, 2021).

^{xl} Na verdade, o envolvimento familiar nos marcos políticos e históricos de Cuba são evidenciados na obra desde o século XIX, por meio da menção da participação dos avós, tios e tias nas guerras de independência.

^{xli} Partido Socialista Popular, foi a denominação assumida pelo partido comunista cubano, após a dissolução da “*Unión Revolucionaria Comunista*” (RUBIERA, 1997, p. 176).

^{xlii} O Movimento 26 de Julho, foi o principal grupo combatente da ditadura do presidente Fulgêncio Batista. O nome foi definido em homenagem ao assalto frustrado ao Quartel Moncada, liderado por Fidel Castro em Santiago de Cuba, em 1953. O grupo se reestruturou fora do país, retornou a Cuba dando início a guerrilha em 1956, até o êxito revolucionário em 1º de janeiro de 1959 (AYERBE, 2004).

^{xliii} O filho de Reyita, Anselmo (apelidado como Monín), morreu na explosão da embarcação francesa *La Coubre*, que levava carregamento para Cuba, em março de 1960. Este ato teria sido organizado pelo governo norte-americano (RUBIERA 1997, p. 127).

^{xliv} O autor afirma: “*(...) la incapacidad que muestra nuestra televisión para representar la multirracialidad cubana. De vez en cuando aparecen como chispazos de ese reconocimiento, pero el carácter multirracial, más bien multicolor de la sociedad cubana, no termina de abrirse paso en la televisión. A veces incluso se observan retrocesos.*” (MORALES, 2007, p. 208).

^{xlv} A poetisa e escritora negra Georgina Herrera (1936-2021), teve sua vida retratada em 2005. Nesta obra, produzida por meio da metodologia da história oral, Georgina evidenciou o impacto do racismo vivenciado como escritora de novelas para o rádio e a televisão, ao rememorar um determinado episódio: “*Decía que yo era muy talentosa. Pero cuando le presente la novela me explicó que no se podía radiar porque era una novela de negros, que para aceptarla tenía que cambiar el color de los personajes.*” (HERRERA, RUBIERA, 2005, p. 102).

^{xlvi} Para as investigadoras, os resultados da pesquisa de maior impacto estiveram relacionados ao desconhecimento sobre o protagonismo da população negra na história de Cuba, como indicam as seguintes respostas: “*No recuerdo... De verdad que no me acuerdo... Pudiera ser la guerra de Angola, aunque... (piensa). La guerra de Maceo fue uno de los más relevantes.*”. Ou, “*Bueno... La*



Guerra de Independencia: Maceo, Máximo Gómez, Quintín Bandera... No me viene a la mente ningún otro...” E, “*No, en la Historia de Cuba no hay nada. Creo que en Haití... Espérate, espérate. ¿Qué hemos hecho los negros en Cuba? ¿En Cuba tiene que ser? En Cuba no hay ningún hecho cuando estuvo Maceo, le pusieron delante a Máximo Gómez, él era la cabeza pensante...*” (HERNÁNDEZ, SELIER, 2002, p. 86). Ressalto que os nomes de personalidades negras citadas na pesquisa dessas autoras, foram Antonio Maceo e Quintín Bandera, visto que Máximo Gomez era um homem branco. O grupo entrevistado não fez menção a nenhuma mulher negra que tivesse sido importante para a história do país.

^{xlvii} Alguns dos veteranos negros da guerra de libertação, ao se sentirem marginalizados após a independência, tanto pela elite cubana branca, como pelos ocupantes norte-americanos, criaram o *Partido Independientes de Color* em 1908. Este partido tinha a finalidade de representar politicamente a população negra e combater a exclusão social à que esta foi relegada após a emancipação, mesmo com sua destacada participação na luta pela independência. Contudo, de modo estratégico, em 1910, o governo aprovou uma lei que proibia a formação de partidos políticos com indivíduos de uma única cor/raça ou que perseguissem “fines racistas”. Para pressionar a revogação da condição de ilegalidade, os líderes do partido organizaram um protesto no Oriente da ilha em maio de 1912. O exército foi convocado para defender as propriedades da região, e com isso ocorreu uma repressão brutal. As patrulhas vasculharam as estradas, enforcaram e degolaram todos os negros que encontraram fora dos limites das cidades, as vítimas foram selecionadas unicamente a partir do critério de divisão da categoria branco/negro, instaurando uma verdadeira guerra racial. Contudo, este massacre tornou-se um episódio silenciado da história oficial cubana. (SCOTT, 2005)

^{xlviii} Os ecos da revolução haitiana foram propagados por todas as Américas e o Caribe. A elite cubana temia que a experiência se repetisse e a ilha de Cuba se transformasse num “outro Haiti”. Pois, assim como na ilha vizinha a população negra também já era quantitativamente maior em Cuba, o que favorecia a existência de revoltas. Ideias que propagavam o “*miedo al negro*” foram disseminadas em inúmeros discursos, povoando o imaginário da época. Para Jorge Camacho (2015), tais temores serviram como base para construção da nação.